

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : Energia / UHE

DATA : 02 01 89

PG. : 11

Xingu
20

A Amazônia e a praga de urubu

Washington Novaes

Este não é um espaço para polêmica. Mas o escrevinhador destas linhas, como diria o saudoso Cláudio Abramo, não pode fazer de conta que não leu o que saiu publicado aqui mesmo, no dia 22/12, assinado pelo assessor de comunicação da Eletronorte, que se intitula jornalista e pretende dar lições de ética e precisão.

Para contestar o que foi escrito por nós poucos dias antes no artigo *Quando vale a Amazônia*, o porta-voz da Eletronorte afirma, em resumo:

- 1) que no Plano Brasil 2010 "estão previstas 6 usinas hidrelétricas para a Amazônia até o ano 2000 (e não 76), que alagariam 4.591 km quadrados" (e não 18 mil);
- 2) que para o rio Xingu está prevista apenas uma hidrelétrica, a de Kararaó, e não Cararáo, como saiu grafado no artigo deste escrevinhador;
- 3) que a usina de Babaquara, "tal como está concebida no inventário", está descartada, e que Jurua não é hidrelétrica e sim barragem;
- 4) que os outros aproveitamentos citados "foram detectados durante estudos de inventário da bacia do rio e suas construções não constam dos programas do setor elétrico";
- 5) que a construção de Kararaó afetaria apenas 344 pessoas da população indígena, sem atingir as reservas dos Caiapó, e o parque nacional do Xingu (que não foram mencionados no artigo contestado);
- 6) que, diante de tantas informações que ele considera incorretas, pode concluir que o leitor do JB merece um jornalismo responsável, e não o que diz este escrevinhador.

Vamos ponto por ponto. É curioso que um assessor de comunicação de um órgão que tem um plano chamado Brasil 2010 entenda que possa escamotear, limitando seu horizonte ao previsto apenas até o ano 2000. Não será assim que a Eletronorte descalçará as botas. No livro mencionado no artigo que se pretendeu contestar (as hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas —, Comissão Pró-Índio de São Paulo), estão lá, com todos os nomes (pág. 32), as 79 hidrelétricas inventariadas, projetadas, em execução ou concluídas nos vales amazônicos e do Araguaia-Tocantins (que em sua maior parte integram a Amazônia legal): são 7 no vale do rio Negro, 13 no vale do rio Madeira, 7 no vale do Tapajós, 6 no vale do rio Xingu, 23 na margem esquerda do baixo Amazonas, 5 na margem esquerda do estuário do Amazonas e 18 nos vales do Tocantins e do Araguaia. Como não está empenhado em desmentir o inegável, um diretor de planejamento e engenharia da Eletrobrás, A.C.T. Holtz, em artigo publicado neste mesmo JB (8/2/88), admitiu a construção, até o ano 2010, "de quase duzentas hidrelétricas", entre as quais obviamente estão as da Amazônia legal. Ele mesmo já advertiu em outro artigo (*O Estado de S. Paulo*, 2/11/86) que até o ano 2000 só se pretendia aproveitar 50% do potencial hidrelétrico. E dois meses atrás, em matéria de página inteira, não contestada, o mesmo *O Estado de S. Paulo* escreveu: "Imune aos escândalos econômicos, ambientais e sociais, a Eletronorte continua planejando e construindo novas usinas hidrelétricas na Amazônia. Ao todo são 76 usinas — em funcionamento, ainda em obras ou apenas planejadas (...)" E se a Eletronorte só vai fazer seis usinas, por que continua fazendo estudos e marcações em muitas outras, como, por exemplo, as do Araguaia (testemunho ocular)?

Quanto ao segundo ponto, é indesmentível que dos inventários da Eletrobrás/Eletronorte consta o aproveitamento e/ou represamento em seis pontos do Xingu: Kararaó, Babaquara, Ipixunã, Kokraimoro, Jarina e Iriri (obra citada, pág. 32).

Nossos avós sabiam e diziam que praga de urubu costuma cair no mesmo lugar. O arauto da Eletronorte, que provavelmente vive confinado em gabinetes de governo e desconhece a rotina de redações de jornais, com certeza ignorava que telex não tem acento circunflexo nem til. Por isso, não lhe ocorreu que Kararaó pudesse haver sido grafada corretamente por este escrevinhador, e não com til como saiu publicado. Pois não é que a praga lhe caiu em cima? Na sua contestação, Kararaó saiu grafado também com til...

Tomar conhecimento de que o aproveitamento de Babaquara já foi descartado uma agradável notícia para a sociedade brasileira, que precisou do artigo pretensamente contestado para ficar sabendo (embora se deva ficar de pé atrás com a ressalva "tal como foi concebida no inventário", e de outra forma?). Porque nessa área o autoritarismo ainda não acabou. Julga-se que será possível continuar omitindo, sonogando ou distorcendo informações.

Jurua ser barragem e não hidrelétrica é uma incorreção real no nosso artigo. Mas não muda a questão em termos de danos ambientais e às populações indígenas da área. E pretender que a questão não tem importância porque só afetaria 344 cidadãos de nações indígenas é uma dupla escamoteação e uma terrível confissão. Escamoteação porque provavelmente limita o problema a Kararaó, esquecendo-se muito convenientemente das demais áreas do Xingu e, fora dele, na Amazônia. E uma confissão terrível porque nem os piores ditadores jamais admitiram que suas ações condenavam à morte (física ou cultural), injustamente, indivíduos ou povos. Nenhum deles jamais admitiu ser genocida.

Quanto aos danos aos Caiapó e áreas do Xingu mais distantes, embora não mencionados no nosso artigo, o relações-públicas da Eletronorte não vai poder escapar a um confronto com o livro mencionado, uma alentada e competente coletânea de estudos de cientistas brasileiros. Está lá na pág. 7: "É preciso ressaltar que toda (o grifo é dos autores) a bacia do rio Xingu, sobretudo com a implantação final do sistema completo de barragens, sofrerá modificações ecológicas, demográficas e econômicas que estão sendo subestimadas, ignoradas ou ocultadas". E não é por acaso que o governo federal está processando e ameaçando expulsar do país, com base na lei dos estrangeiros (era só o que faltava) os índios Caiapó Paulinho Paiaka e Kubei, por haverem intercedido junto a entidades internacionais para bloquear financiamentos às hidrelétricas que prejudicarão sua gente. O livro mencionado contém até os mapas das regiões a serem inundadas, que o assessor da Eletronorte poderá consultar, caso queira. Para verificar que são mesmo 18 mil km quadrados previstos para inundação (pág. 26).

Diante disso tudo, conviria que o dito assessor se levantasse de cima do próprio rabo e deixasse de pretender dar lições de ética ou responsabilidade, até porque, muito antes, precisaria responder convincentemente (e não com matérias pagas evasivas) também ao que escreveu nesta mesma página o prof. José Goldenberg, reitor da Universidade de São Paulo, alguns meses atrás. No seu artigo, o prof. Goldenberg mostrou do que é capaz a sapiência e a responsabilidade de pessoas como o assessor a serviço da Eletronorte, no caso da hidrelétrica de Balbina, que inundou mais de 1.500 km quadrados de floresta amazônica e de terras dos índios Waimiri-Atroari. Segundo o reitor da USP, a Eletronorte desprezou todas as advertências e alternativas oferecidas pelos cientistas, para só muito tarde descobrir que o rio Uatamá não é capaz de encher o lago da barragem. E por isso pretende construir um canal de 25 quilômetros de extensão na floresta, ao custo de 700 milhões de dólares, para desviar outro rio. Quando o custo por quilovate de Balbina já é duas vezes e meia maior que o da caríssima Itaipu.

Quem é irresponsável?

O que se disse no artigo que desagradou ao preposto da Eletronorte, e que continua de pé, é isto: 1) que a sociedade brasileira tem o direito — até constitucional — de ser minuciosa e exaustivamente informada de tudo o que se planeja fazer nessa área, na Amazônia ou em qualquer outro lugar, para poder decidir, levando em conta não apenas as questões energéticas (que são importantes mas não únicas), mas também as questões ambientais, os direitos dos povos indígenas e a declaração de direitos humanos; 2) que, se tivermos juízo e competência, precisamos fazer com urgência um plano global para preservar a Amazônia (em tudo o que deva ser preservado), antes que tentem impô-lo de fora.

É só. É o que recomenda o mais elementar bom senso, e que deveria ser visível até para um assessor governamental empenhado em agradar seus patrões.

Washington Novaes é jornalista

